

Julho - Setembro

2016
INFLAÇÃO

32



CONJUNTURA

CARTA DE

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete

Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

INFLAÇÃO

Maria Andréia Parente Lameiras¹

SUMÁRIO

Mantendo a tendência iniciada em janeiro, a inflação brasileira medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vem apresentando ao longo do ano um comportamento mais favorável. Após encerrar 2015 com uma taxa de inflação de 10,7%, o IPCA retroagiu de tal modo que, em setembro, no acumulado em 12 meses a alta registrada é de 8,5%. A forte desaceleração da inflação mensal em setembro (0,08%), influenciada pela deflação dos alimentos no mês após longo período de altas expressivas, fez a inflação acumulada em 12 meses voltar à trajetória de queda. Embora compatível com uma tendência de retorno ao intervalo de tolerância da meta inflacionária, o IPCA ainda se encontra em patamar elevado, mesmo em um cenário que conjuga retração econômica, política monetária restritiva e deterioração do mercado de trabalho.

De fato, uma análise mais detalhada do comportamento recente da inflação mostra que a retração apresentada pelo IPCA em 2016 foi resultado principalmente da forte queda nos preços administrados, cuja taxa de variação em 12 meses recuou de 18,1% em dezembro para 7,9% em setembro, repercutindo o fim dos reajustes represados em 2014 e repassados ao consumidor em 2015. Em contraposição, os preços livres, que, em teoria, seriam mais sensíveis à recessão econômica pela qual atravessa o país e, por conseguinte, deveriam retroagir mais rapidamente, revelam tendência oposta, com taxas de inflação acumulada em 12 meses acelerando de 8,5% em dezembro de 2015 para 8,7% em setembro último.

A trajetória de alta dos preços livres havia sido impulsionada pela forte aceleração da inflação dos alimentos, cuja taxa de variação nos últimos 12 meses, encerrados em setembro, ainda aponta variação expressiva de 16%. A estimativa de uma retração de 11% na safra doméstica de grãos, afetada pela ocorrência de fenômenos climáticos e os

¹ Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. E-mail: <maria-andreia.lameira@ipea.gov.br>.

efeitos defasados da apreciação cambial, ocorrida em 2015, formam os principais pontos de pressão sobre esse conjunto de preços. Para 2017, por outro lado, para o cenário para a inflação de alimentos é mais positivo. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa de plantio da safra 2016/17 de grãos do Brasil aponta para uma alta da produção esperada de 14,1% em relação à safra passada, considerando o intervalo entre os limites inferior e superior.

O impacto da alta dos alimentos, nos períodos anteriores, sobre os preços livres poderia ter sido ser minimizado caso a inflação dos serviços livres tivesse cedido mais rapidamente em resposta à forte queda nos salários reais, cujo impacto se dá tanto via redução do custo unitário do trabalho quanto via retração da demanda. No entanto, a despeito de já se verificar uma tendência de desaceleração nos preços dos serviços desde o início do ano, esse movimento ainda se dá em ritmo inferior ao desejado.

Assim como vem ocorrendo com os índices cheios, as medidas de núcleo da inflação também estão se desacelerando de forma moderada, mantendo-se ainda em níveis pouco confortáveis. Na média, os núcleos apresentam uma variação acumulada em 12 meses, até setembro, próxima a 8%, o que parece indicar a presença de um comportamento inercial que vem dificultando a queda mais acentuada da inflação. Com efeito, mesmo o núcleo por exclusão que, por definição, retira do cálculo a inflação dos alimentos e dos itens administrados, aponta uma variação em 12 meses de 7%, sustentando-se acima do teto da banda de tolerância (6,5%).

A expectativa para os próximos meses, entretanto, é de uma melhora no cenário de inflação brasileiro. No curto prazo, a desaceleração dos preços dos alimentos, a continuidade na queda da inflação de serviços e os efeitos defasados da apreciação cambial, da ordem de 20% ao longo de 2016, devem contribuir para um recuo mais expressivo dos preços livres. Adicionalmente, a adoção de um ajuste fiscal mais rigoroso e o maior comprometimento da autoridade monetária em cumprir os objetivos estabelecidos nos sistema de metas devem ancorar as perspectivas de inflação em patamares próximos ao centro, ajudando a desinflacionar a economia no médio prazo.

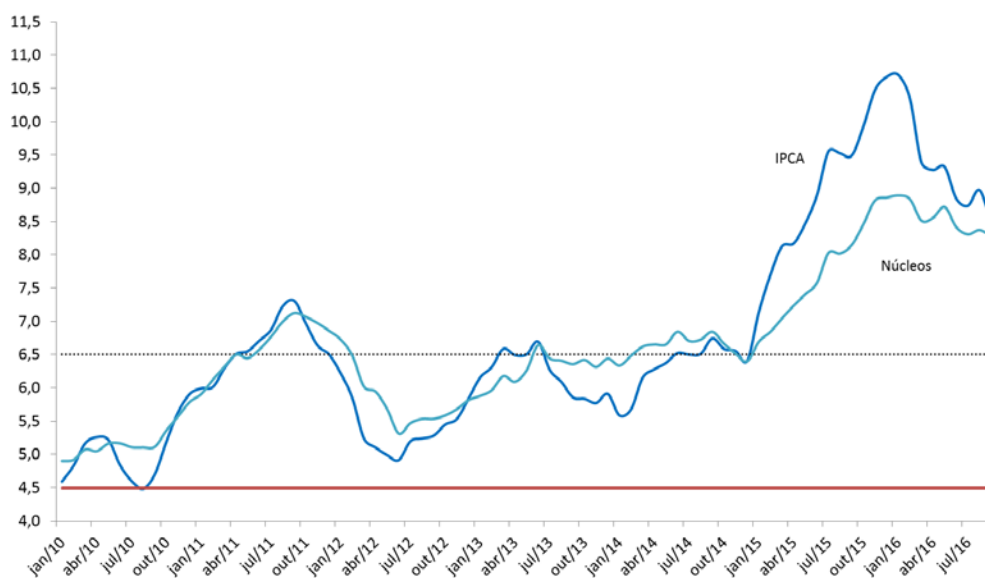
IPCA – NÚCLEOS E DIFUSÃO

De acordo com os dados do IPCA, a inflação brasileira acumulada em 2016, até setembro, registra alta de 5,5%, já ultrapassando, portanto, o centro da meta de 4,5% e indicando que, mais uma vez, deve encerrar o ano com uma taxa superior ao teto da banda inflacionária. Em que pese o fato de que, em 2016, na comparação com o ano anterior, haverá um recuo nas taxas de inflação, estas ainda se mostram em níveis elevados, sinalizando que o processo desinflacionário em curso deve ocorrer de forma mais lenta do que esperado anteriormente. Essa constatação de que há, de fato, uma inflação mais resiliente à queda é corroborada pelo comportamento dos núcleos de inflação, cujas taxas de variação em 12 meses também apresentam uma trajetória de desacelerações ainda modestas (Gráfico 1).

Gráfico 1

IPCA – Geral e Núcleos

(Taxa de variação acumulada em 12 meses - %)

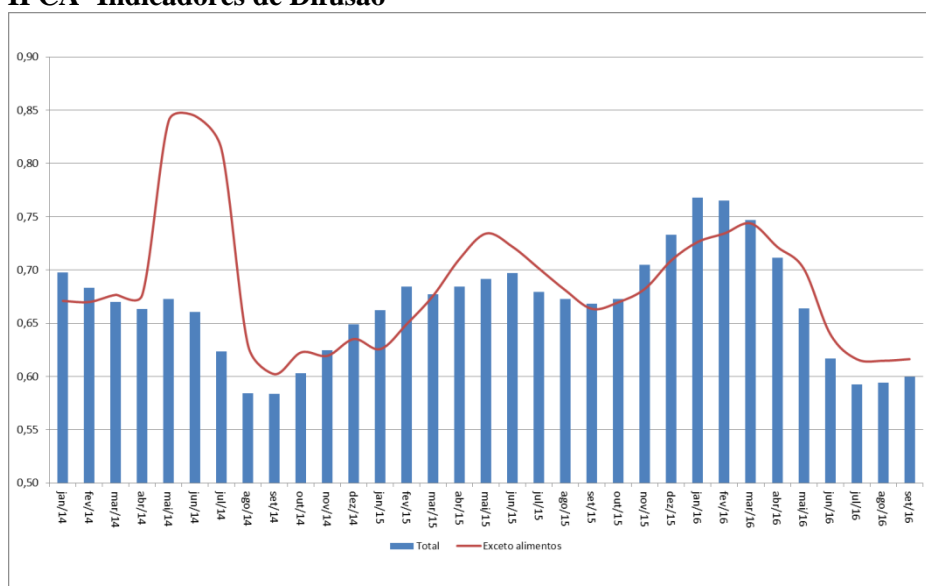


Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Seguindo a mesma tendência dos núcleos de inflação, o comportamento do indicador de difusão também registra uma trajetória de desaceleração, assinalando que há em curso uma descompressão mais generalizada nos itens que compõem o índice cheio. Após registrar um período de altas sucessivas, a média móvel trimestral deste indicador revela uma mudança de trajetória a partir do segundo trimestre de 2016. Essa melhora também é verificada quando se retira do índice a variação dos alimentos que formam o grupo de itens mais voláteis do IPCA (Gráfico 2). A expectativa para os próximos meses é de que, com a continuada queda da

inflação, em especial a dos alimentos, os índices de difusão também retroajam, mantendo a alta de preços mais restrita a alguns segmentos.

Gráfico 2
IPCA- Indicadores de Difusão

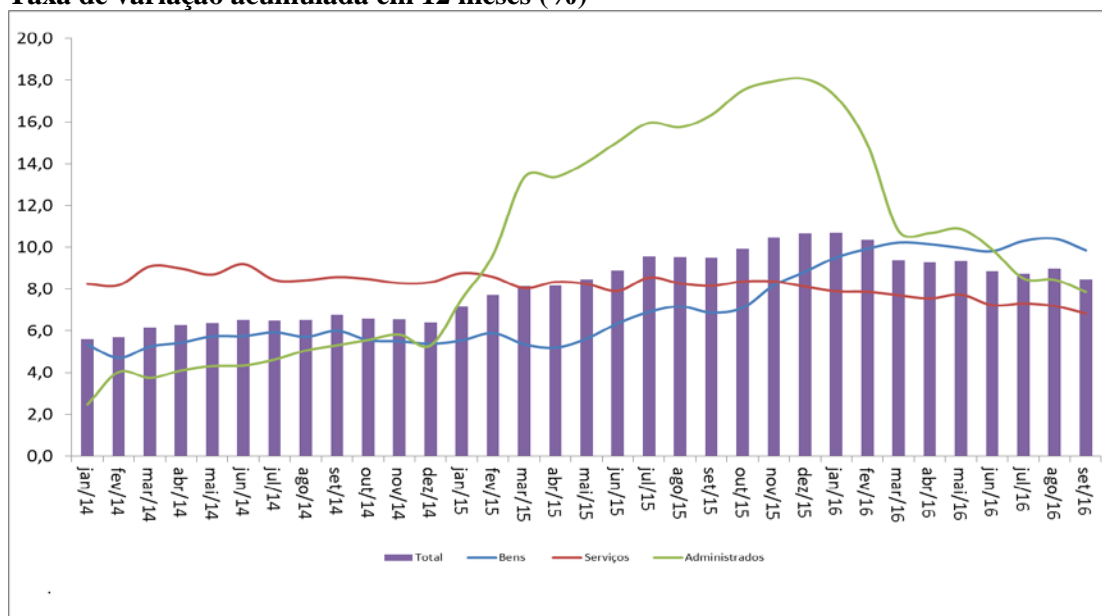


Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

PREÇOS AO CONSUMIDOR E AO PRODUTOR

Uma análise desagregada da inflação (Gráfico 3) revela que a desaceleração da elevação dos índices de preços deu-se, grosso modo, pelo forte recuo na variação dos itens administrados, cuja taxa acumulada em 12 meses em setembro (7,9%) é menos que a metade da observada no mesmo mês do ano anterior (16%). Essa forte desaceleração neste conjunto de preços foi possibilitada, sobretudo, pelo melhora no comportamento do item “energia elétrica”, cuja inflação em 12 meses retroagiu de 53% em setembro de 2015 para -5,6% em setembro último. Ainda que em menor escala, os itens “gasolina”, “ônibus urbano” e “metrô” também contribuíram favoravelmente para o recuo deste conjunto de preços. A queda destes itens, mais do que compensou a alta observada dos “produtos farmacêuticos” e do “plano de saúde”, que registraram taxa de 13% e 14%, respectivamente, nos últimos 12 meses, encerrados em setembro, ante variações de 7% e 11% obtidas em setembro do ano passado (tabela 1).

Gráfico 3
IPCA por Categorias
Taxa de variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Tabela 1
IPCA – Preços Administrados
Taxa de variação em 12 meses (%)

	set/13	set/14	set/15	set/16
Total	1,4	5,3	16,3	7,9
Taxa de água e esgoto	5,6	-1,8	14,4	19,7
Gás de botijão	6,1	5,1	19,9	5,8
Gás encanado	7,8	1,6	7,6	2,5
Energia elétrica residencial	-14,8	14,7	52,8	-5,6
Ônibus urbano	0,0	3,5	13,9	10,9
Táxi	2,2	6,3	7,3	7,2
Trem	0,0	1,9	12,4	8,5
Ônibus intermunicipal	2,9	4,9	11,6	12,5
Ônibus interestadual	1,3	11,8	7,5	10,3
Metrô	0,0	2,4	13,7	9,1
Transporte hidroviário	38,4	-0,2	0,0	2,7
Emplacamento e licença	-2,1	1,3	3,4	8,2
Multa	7,2	0,0	0,0	9,1
Pedágio	1,5	4,4	5,8	7,5
Gasolina	3,9	4,8	12,5	9,8
Óleo diesel	11,1	7,6	12,2	6,8
Gás veicular	4,4	5,8	14,8	2,4
Produtos farmacêuticos	4,6	4,6	7,0	12,6
Plano de saúde	8,5	9,3	11,2	13,5
Jogos de azar	0,0	9,1	47,5	0,0
Correio	1,7	6,6	5,8	13,1
Telefone fixo	-0,9	-6,4	-3,4	0,0
Telefone público	2,3	2,2	5,5	6,4

Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Em sentido contrário, os preços dos bens livres, influenciados pela alta dos alimentos, formam o principal foco de pressão sobre o IPCA em 2016. Essa aceleração da inflação dos alimentos, apesar de não ser um fenômeno recente, vem se tornando o principal entrave à queda da inflação corrente, dificultando, inclusive, o início de um ciclo de alívio monetário.

Na desagregação deste conjunto de produtos, nota-se que a alta nos preços dos alimentos tem ocorrido de modo generalizado, atingindo todos os segmentos que o compõem (tabela 2). No caso dos produtos *in natura* (verduras, frutas e legumes), o aumento da inflação foi decorrente dos problemas climáticos ocorridos no primeiro trimestre do ano, que conjugaram excesso de chuvas em algumas regiões e forte estiagem em outras. No caso dos grãos, carnes, leites e derivados, adicionalmente aos fenômenos do clima, a recente alta nos preços internacionais das *commodities* agrícolas e os efeitos defasados do câmbio, que pressionaram os custos dos insumos importados deslocaram parte da produção doméstica para o mercado externo.

Segundo os dados do Levantamento Sistemático da produção Agrícola (LSPA) do IBGE, a produção doméstica de grãos deve recuar 11% este ano na comparação com o ano passado, repercutindo as quedas de itens importantes como arroz (-15%), feijão (-13%), milho (-23%) e soja (-0,8%).

Tabela 2

IPCA – Alimentos no Domicílio

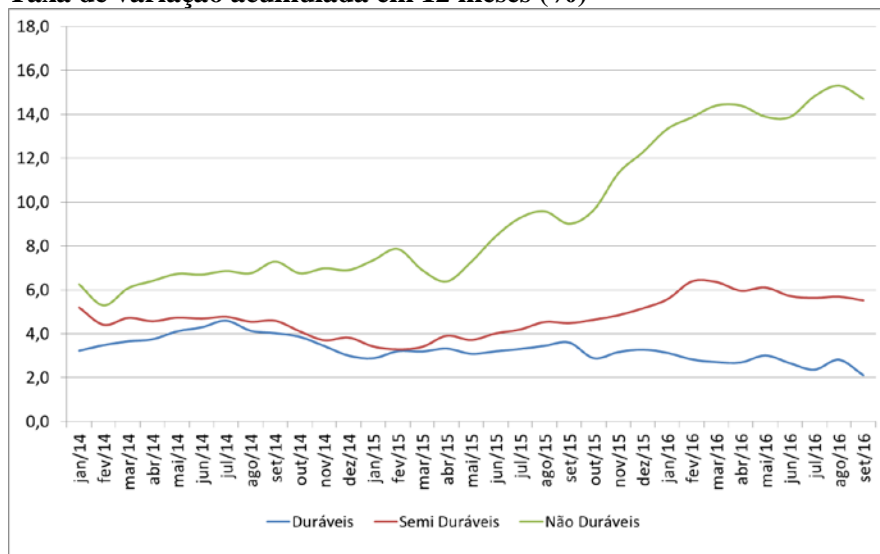
Taxa de variação em 12 meses (%)

	out/15	nov/15	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16
Total	10,2	11,8	12,9	14,2	14,8	15,3	15,5	14,7	14,7	16,0	16,8	16,1
Cereais, leguminosas e oleaginosas	11,2	15,0	13,7	12,2	13,0	13,8	16,3	20,3	38,8	63,1	65,3	62,8
Farinhas, féculas e massas	4,7	6,4	8,6	11,2	13,0	14,9	17,2	19,4	19,8	20,4	18,7	19,4
Tubérculos, raízes e legumes	25,2	33,9	40,9	42,7	32,9	27,1	22,1	11,8	1,9	-11,1	-5,0	-5,3
Açúcares e derivados	8,0	16,4	20,5	24,1	27,8	30,3	31,4	29,9	30,2	32,4	33,3	33,4
Hortaliças e verduras	14,8	17,1	19,7	22,9	20,1	16,9	19,1	17,5	23,0	19,7	7,7	6,1
Frutas	8,7	10,1	15,2	18,1	20,9	29,4	33,8	33,9	24,3	18,6	25,4	27,3
Carnes	17,2	14,9	12,5	11,9	12,9	12,1	11,2	8,1	6,5	4,8	3,3	3,8
Pescados	17,2	14,9	12,5	11,9	12,9	12,1	11,2	8,1	6,5	4,8	3,3	3,8
Carnes e peixes industrializados	9,3	8,2	9,0	8,2	9,1	8,1	8,5	8,2	7,2	5,7	5,7	5,7
Aves e ovos	6,5	9,1	10,6	11,5	11,9	11,2	11,9	12,3	11,3	11,7	11,8	11,2
Leite e derivados	3,8	5,5	7,2	9,1	10,8	12,4	12,7	14,5	19,1	29,0	31,6	28,4
Panificados	8,8	9,8	10,6	11,7	11,8	11,7	11,1	10,3	9,7	10,2	10,1	8,9
Óleos e gorduras	7,5	11,4	14,0	16,4	20,0	20,2	19,3	19,1	17,9	17,8	16,7	15,6
Bebidas e infusões	8,9	9,8	9,7	10,7	10,6	11,5	12,5	12,1	12,2	12,7	13,5	13,2
Enlatados e conservas	4,9	6,0	7,1	8,6	9,8	10,7	11,0	11,9	11,7	11,2	10,9	10,5
Sal e condimentos	17,6	19,5	21,2	24,9	28,1	27,7	26,2	26,2	25,1	25,5	21,9	18,1

Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Esse comportamento dos alimentos explica, deste modo, a aceleração dos bens de consumo não duráveis, cuja inflação em 12 meses atingiu 14,7% em setembro de 2016, ante taxa de 9,0% neste mesmo mês do ano anterior (Gráfico 4). No caso dos bens de consumo semiduráveis, nota-se, que, após iniciar um ciclo de altas a partir do terceiro trimestre de 2015, esse grupo de produtos vem apresentando relativa estabilidade, o que, entretanto, não se traduz em grande alívio dado que o patamar observado, próximo a 6%, ainda é alto em relação à meta de inflação de 4,5%.

Gráfico 4
IPCA – Bens de Consumo
Taxa de variação acumulada em 12 meses (%)

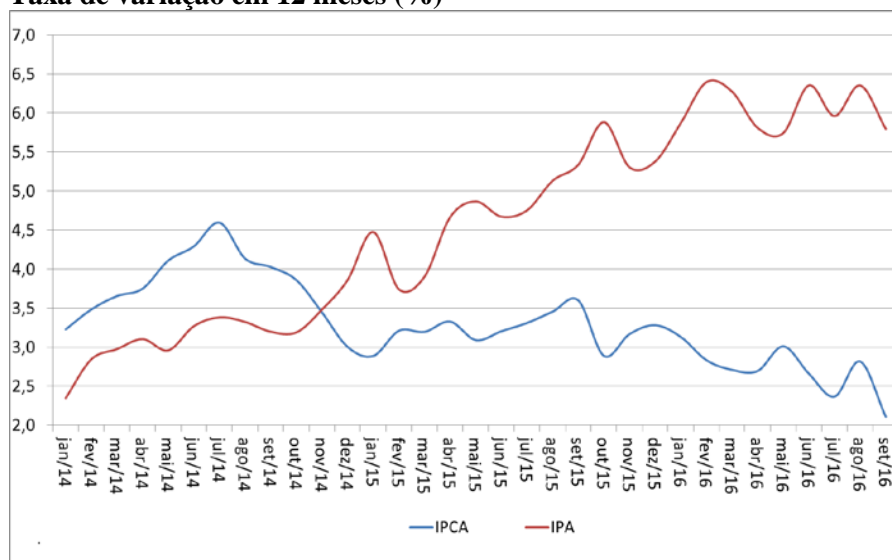


Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Por fim, deve-se destacar o comportamento mais favorável dos bens de consumo duráveis, mesmo frente à desvalorização cambial ocorrida em 2015. Tal comportamento deve-se, sobretudo, aos preços dos automóveis, cuja inflação em 12 meses, recuou de 6,9% em setembro do ano passado para -0,02% neste mesmo mês em 2016, refletindo não só a contração do crédito direcionado, mas, principalmente, a deterioração do mercado de trabalho e seus efeitos sobre as decisões de consumo de bens com maior valor agregado. Em sentido contrário, os segmentos de eletroeletrônicos e telefonia móvel, que podem ser financiados com linhas de crédito preestabelecidas (cheque especial e cartão de crédito), vêm registrando aumento nas suas taxas de inflação, indicando que, mesmo diante de uma retração da demanda interna, esses setores têm conseguido repassar ao consumidor parte do aumento dos custos de produção. Enquanto a inflação em 12 meses do subgrupo de eletroeletrônicos acelerou de 1,3% para 8,7% entre setembro de 2015 e setembro de 2016, a dos aparelhos de telefonia móvel reverteu à queda de -5,3% para uma alta de 5,3% na mesma base de comparação.

Em que pese esta aceleração em alguns segmentos, a inflação dos bens de consumo duráveis medida pelos índices de preços ao consumidor ainda se mostra bem inferior à observada nos indicadores de preços ao produtor, sinalizando que boa parte dos reajustes aplicados pela indústria nos últimos meses está represada no atacado e pode ser transferida ao varejo, no momento da retomada da economia (gráfico 5).

Gráfico 5
Bens de Consumo Duráveis – IPCA e IPA
Taxa de variação em 12 meses (%)



Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

A alta nos preços dos bens livres vem sendo, pelo menos em parte, compensada pela melhora da trajetória da inflação de serviços. Nos últimos 12 meses, encerrados em setembro, esse segmento aponta uma alta de preços de 7,0%, recuando 1,3 p.p. quando comparada ao mesmo mês do ano anterior, beneficiada pela forte queda dos salários reais. Entretanto essa desaceleração, apesar de esperada, vem ocorrendo de forma lenta e de modo desigual entre os diversos segmentos, apesar do cenário de forte retração da atividade econômica. De acordo com a tabela 3, à exceção dos serviços de comunicação e transportes (3,6% e 2,7%, respectivamente), todos os demais segmentos mostram uma inflação em 12 meses acima do teto da banda inflacionária. As causas para esta resiliência da inflação de serviços, entretanto, diferem de acordo com os subgrupos que a compõem.

No caso da alimentação fora do domicílio, o maior entrave ao recuo é a recente alta nos preços dos alimentos, que são o principal insumo de produção desse segmento. Já nos que utilizam uma mão de obra mais especializada, como os serviços de educação e saúde, a queda mais lenta parece estar relacionada à retração menor dos salários. Adicionalmente, a resistência por parte dos consumidores em trocar estes serviços privados pelos similares públicos, faz com que o ajuste dos orçamentos das famílias seja feito em itens considerados “menos essenciais”. Por fim, os serviços pessoais e residenciais que, em teoria, deveriam responder mais rapidamente à contração da economia, tiveram a sua metodologia de cálculo alterada pelo IBGE, gerando uma redução da sensibilidade da inflação desses segmentos às variações do nível de atividade. Em sobreposição, esta nova métrica de cálculo também poderá desencadear o aumento da inércia

inflacionária neste segmento, através da correlação com os reajustes do salário mínimo, que, por sua vez, refletem a inflação passada².

Tabela 3

IPCA – Serviços Desagregados

Taxa de variação em 12 meses (%)

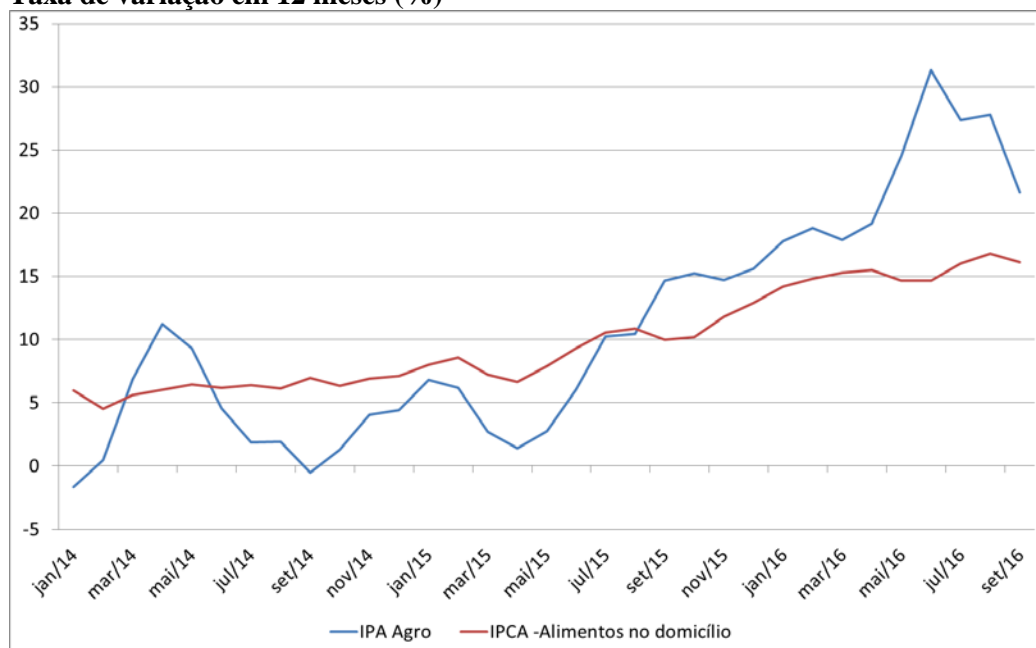
	Residenciais	Transportes	Saúde	Pessoais	Educação	Comunicação	Alimentação	Total
out/15	8,0	6,1	9,4	8,3	9,3	2,2	10,8	8,4
nov/15	8,1	4,5	8,8	8,3	9,4	3,0	11,1	8,4
dez/15	8,1	3,3	8,8	8,1	9,4	3,7	10,4	8,1
jan/16	7,4	3,4	9,1	7,6	9,2	3,5	10,5	7,9
fev/16	7,1	5,1	8,6	7,3	8,7	4,2	10,2	7,9
mar/16	6,8	6,9	6,6	7,1	8,4	4,7	7,4	7,5
abr/16	7,1	5,4	6,4	7,1	8,6	4,4	8,5	7,3
mai/16	6,2	7,4	7,7	6,7	8,8	4,3	9,1	7,5
jun/16	6,2	1,3	7,5	6,6	8,8	4,1	9,4	7,0
jul/16	7,0	2,8	8,2	7,7	9,8	3,8	9,3	7,7
ago/16	6,4	6,6	7,6	7,0	8,8	3,6	8,6	7,4
set/16	6,7	2,7	7,1	7,3	8,7	3,6	8,2	7,0

Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Na margem, entretanto, o que se observa já é uma melhora considerável do IPCA, refletindo a manutenção da trajetória de queda dos serviços e a expressiva desaceleração da inflação dos alimentos no domicílio. No caso dos alimentos, essa mudança de comportamento já era verificada no atacado há pelo menos três meses. De acordo com o índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), os produtos agrícolas apontaram em setembro alta de 21,0% ante taxa de 31% em junho, no acumulado em 12 meses (gráfico 6).

² Segundo a Nota Técnica 03-2016, divulgada pelo IBGE, com o encerramento da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de onde eram retiradas as estimativas dos rendimentos mensais dos subitens “empregada doméstica” e “mão de obra”, estas passaram a refletir a raiz do reajuste anual do salário mínimo nacional. Nas regiões que não seguem o salário mínimo nacional, será levado em conta o salário mínimo regional.

Gráfico 6
IPA- Produtos Agrícolas e IPCA – Alimentos no domicílio
Taxa de variação em 12 meses (%)



Fonte: IBGE e FGV Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Em setembro, o IPCA registrou taxa de 0,08%, atingindo o seu melhor resultado desde julho de 2014 e desacelerando tanto em relação ao mês anterior (0,44%) quanto em relação ao mesmo período de 2015 (0,54%). Esta queda no índice é resultante, sobretudo, da reversão da trajetória dos preços dos alimentos no domicílio, cuja taxa mensal de inflação recuou de 0,36% em agosto para -0,6% em setembro, registrando a primeira variação negativa desde setembro de 2015 (-0,05%). Na desagregação deste grupo, observa-se que as maiores contribuições à queda vieram dos segmentos dos cereais (-1,5%), tubérculos (-8,8%) e leites e derivados (-3,5%). No caso dos cereais, este desempenho está ligado à colheita das novas safras de feijão que gerou um recuo de 3,8% e 4,6% nos preços do feijão preto e carioca, respectivamente. No caso dos tubérculos e dos leites, em que pese à sazonalidade favorável do período, este último grupo foi beneficiado pelo aumento da produção de leite gerando uma deflação de 8,0% no preço do leite tipo longa vida.

Os serviços também apontaram queda na margem, ainda que em menor intensidade (0,33% em setembro frente a 0,20% de agosto), beneficiados pelo fim do efeito das olimpíadas sobre os preços das passagens aéreas e dos hotéis, que registraram recuos de 2,4% e 6,5%, respectivamente.

Tabela 4
IPCA-15: Total e Grupos
Varição (%)

	jul/16	ago/16	set/16	Acum. Ano	Acum. 12 meses
Índice Geral	0,52	0,44	0,08	5,51	8,48
Alimentação e bebidas	1,32	0,30	-0,29	8,80	13,31
Habituação	-0,29	0,30	0,63	2,71	4,78
Artigos de residência	0,53	0,36	-0,23	4,04	5,25
Vestuário	-0,38	0,15	0,43	2,54	5,24
Transportes	0,40	0,27	-0,10	2,04	6,34
Saúde e cuidados pessoais	0,61	0,80	0,33	9,41	11,49
Despesas pessoais	0,70	0,96	0,10	6,42	8,20
Educação	0,04	0,99	0,18	8,70	9,29
Comunicação	0,02	-0,02	0,18	0,91	2,78

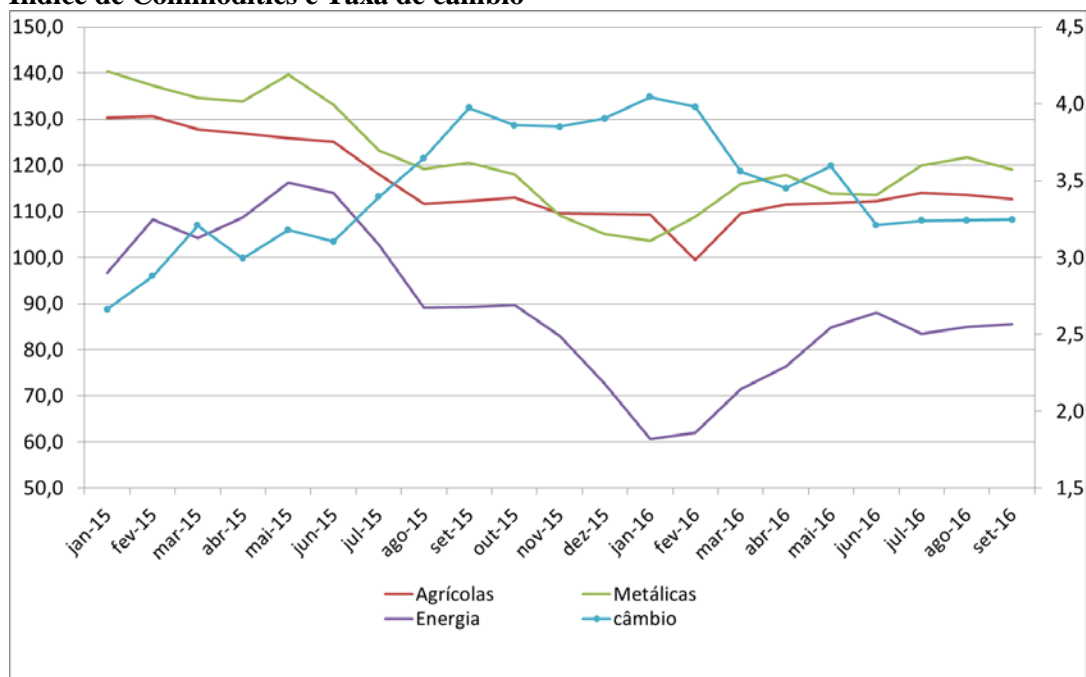
Fonte: IBGE Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

Commodities e Câmbio

Diferentemente do que aconteceu em 2015, quando a desvalorização cambial anulou os possíveis efeitos de alívio inflacionário advindos da queda dos preços internacionais das *commodities*, a reversão na trajetória do câmbio em 2016 vem contribuindo para arrefecer o impacto da alta destes produtos sobre os índices de preços.

O Gráfico 7 mostra que, desde janeiro, as *commodities* agrícolas, metálicas e energéticas vêm apresentando um comportamento altista, com destaque para o último grupo, com variação superior a 40%. De modo similar, as *commodities* metálicas também registram taxas de crescimento significativas, da ordem de 15% entre janeiro a agosto. Por fim, as *commodities* agrícolas são as que apontam as menores taxas de crescimento dos seus preços, com incremento de 3% na mesma base de comparação.

Gráfico 7
Índice de Commodities e Taxa de câmbio



Fonte: FMI e BCB Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon

PERSPECTIVAS

Para o restante do ano, a expectativa é de intensificação da queda nas taxas de variação em 12 meses do IPCA, de modo que, ao fim do ano, a inflação acumulada chegue próxima a 7,0%. Em que pese esse novo recuo em relação ao observado em 2015, o IPCA ainda se estará em patamar pouco confortável, tendo em vista a meta de inflação estabelecida.

Para 2017, é esperada nova desaceleração do IPCA, cuja magnitude, entretanto, dependerá de alguns condicionantes. O recuo mais intenso da inflação deverá passar, necessariamente, por uma maior retração dos preços livres, que pode se beneficiar dos efeitos do baixo dinamismo do mercado de trabalho sobre a demanda, além de um comportamento bem mais favorável dos alimentos. De acordo com a primeira estimativa do plantio de safra 2016/17 divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), haverá um aumento de 1,3% na área plantada de grãos e uma alta de 14,1% (em relação à safra passada) da produção esperada, considerando o intervalo entre os limites inferior e superior, resultante da expansão das culturas de feijão (3,8%), arroz (2,0%), soja (1,6%) e milho (0,5%), que também devem arrefecer os custos de produção de carnes, ovos e leites.

Segundo o Banco Central, a inflação dos preços administrados deverá apresentar estabilidade no ano que vem, com taxas próximas a 6%. Desta forma, a volta do IPCA para dentro da banda inflacionária - que em 2017 será entre 3% e 6% - irá pressupor uma variação de preços livres em 12 meses, girando entre 5,5% e 6%, abaixo, portanto, da verificada atualmente.

Adicionalmente, a aprovação das medidas que limitem as despesas do governo e o envio de propostas de reformas que reduzam o gasto futuro - indicando uma política fiscal mais austera. Segundo o Banco Central, a busca pelo centro da meta deve continuar ajudando a ancoragem das expectativas, contribuindo, por conseguinte, para aliviar as pressões inflacionárias em 2017.